A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como a ante-sala do Paraíso[1]

Beatriz Kushnir
Arquivo Geral do Rio de Janeiro

MANUAL DE INSTRUÇÃO

A Ilha das Flores, no litoral da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, consagrou-se como uma arena de isolamentos, prisões e quarentenas, existindo tanto a hospedaria para imigrantes em quarentena epidemiológica, como cárceres militares para presos políticos em 1922 (lá estiveram os revoltosos do Levante do Forte de Copacabana, como os tenentistas Cordeiro de Faria e Juarez Távora), 1930, 1935, 1942 (após o governo Vargas ter rompido relações com a Alemanha e a Itália, são instalados "campos de concentração" para "estrangeiros perigosos") e no pós-1964.

Nas malhas da burocracia do Estado brasileiro, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores foi desativada em meados da década de 1960. O presídio, não. Serviu também como espaço para o encarceramento de presos políticos na

1 Este texto expõe um projeto que vem se desenvolvendo desde 2003. Até 2005, esteve vinculado ao pós-doutoramento júnior, financiado pelo CNPq, junto ao Cemi (Centro de Estudos de Migrações Internacionais) da Unicamp sob orientação do professor Michael Hall. Partes destas reflexões estão publicadas, como artigos, em dois livros: A ante-sala do *paraíso*: quarentena, isolamento e prisão na Ilha das Flores. In: GRINBERG, Keila (Org.). *História dos judeus no Brasil*. [Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 399-421]; e Cercear para conter! A Ilha das Flores: uma experiência de quarentena, isolamento e prisão. In: MARSON, Izabel Andrade; NAXARA, Márcia Capelari (Org.). *Sobre a humilhação*: sentimentos, gestos e palavras. (Uberlândia [MG]: Ed. UFU, 2005. p. 265-84).

ditadura civil-militar do pós-1964. Naquele período, abrigou como presos políticos os militantes das esquerdas armadas que foram torturados nas bases do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), um dos órgãos de repressão no Rio de Janeiro, que tinha como base a Ilha das Cobras, atual 1º Distrito Naval.

As hospedarias de imigrantes foram estruturas especificamente criadas a partir da segunda metade do século 19 para receber cidadãos estrangeiros recém-chegados ao Brasil, que seriam posteriormente destinados ao trabalho rural no interior do país, ou aos serviços urbanos em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Acolheram imigrantes europeus, mas também havia árabes e japoneses a partir de 1908. Os que aportavam com enfermidades, o que não era raro, permaneciam em quarentena antes de regularizarem sua entrada em solo brasileiro, e as hospedarias eram encarregadas de atendê-los. Entre as mais importantes hospedarias que funcionaram no Brasil, destacam-se:

Hospedaria de imigrantes de São Paulo;
Hospedaria de imigrantes de Campinas (São Paulo);
Hospedaria de imigrantes do Pinheiro (Espírito Santo);
Hospedaria de imigrantes de Vitória (Hospedaria da Pedra d'Água);
Hospedaria de imigrantes de Alfredo Chaves (Espírito Santo);
Hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores (Casa dos Imigrantes do Rio de Janeiro, Hospedaria Central);
Hospedaria de imigrantes do Saco do Padre Inácio (Florianópolis).

A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO E A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES

Um dos aspectos desta reflexão privilegia um enfoque muito particular do processo de imigração, para o Brasil, de fins do século 19 às três primeiras décadas do século 20. Para além de concentrar a análise em uma etnia, a preocupação se vincula às políticas estatais quanto à permissão, ou não, de entrada de estrangeiros no Brasil.

Uma apreciação das múltiplas faces do fluxo imigratório para o Rio de Janeiro ainda demonstra grandes lacunas. Tal ponto é diferentemente esquadrinhado quando centramos os estudos do fenômeno em outros estados. Nes-

tes, iniciativas governamentais e privadas incentivam tanto a construção de uma "memória do imigrante", como, por vezes, a ponderação de suas trajetórias. Certamente, esse fomento ao tema do percurso do imigrante e do seu papel na sociedade que o recebeu remetem, muitas vezes, a uma idealização do conceito multirracial e ao seu encarceramento à imagem sempre vitoriosa do *self-made man*.

Tal perspectiva encontra sua versão máxima no Ellis Island Immigration Museum, nas costas de Manhattan.[2] Na América do Sul há o exemplo da Argentina, tendo Buenos Aires como, por longos anos, a principal "porta de acesso". Encontra-se aí a Hospedaria de imigrantes de Buenos Aires [Hotel de inmigrantes de La Rotonda]. Nesse país, desde 1876 a Lei de Imigração e Colonização regulou a chegada de imigrantes estrangeiros e as medidas necessárias para evitar a mendicância. Dentro dessa premissa, criaram-se alguns centros de acolhida designados "albergues", "asilos" e "hotéis de imigrantes", onde teriam direito a cinco dias de permanência.[3] No caso do Brasil, sabe-se muito, por exemplo, sobre as Hospedarias de Imigrantes de São Paulo. Existiram, porém, outras: no Rio (Ilha das Flores), no Espírito Santo (Pinheiro,[4] Pedra d'Água e Alfredo Chaves[5]), em Campinas, em Florianópolis (Saco do Pa-

---

2 A Hospedaria de Ellis Island, em Nova York, foi construída a partir de 1860. De 1892 a 1952, 12 milhões de estrangeiros, com passagem de terceira classe, passaram pelo exame médico e adentraram o país como imigrantes. Ver: www.nps.gov/Ellis.

3 Na Argentina, o primeiro albergue se instalou na avenida Corrientes, nº 8-10, com capacidade para trezentas pessoas, e atendeu 20% da imigração entre 1857 e 1874, tratando os enfermos de febre amarela, em 1871, e cólera em 1873. A partir de 1880 construíram-se outros alojamentos para imigrantes, como, em 1888 a Rotonda de Retiro, que recebeu até cinco mil estrangeiros num só dia, e durante 1908 acolheu um total de 129.304 imigrantes. Em 1911, outra Hospedaria foi erguida nos arredores do rio da Prata, com capacidade para receber 15 mil pessoas e que funcionou até 1953. Entre 1910 e 1913 as estatísticas oficiais argentinas registram a chegada de 1.100.000 imigrantes. Também se instalaram em outros países Hospedarias de Imigrantes, como, por exemplo, no Chile, a Hospedaria de Vergara (na cidade de Valparaíso) e a Hospedaria de Talca, entre outras. Ver: www.ub.es/geocrit/b3w-739.htm.

4 Inaugurada em 1889 na entrada da baía em uma área pertencente ao município de Vila Velha. Localizada bem próxima à Prainha, onde em 1535 desembarcaram os primeiros colonizadores sob o comando do donatário Vasco Fernandes Coutinho.

5 Decreto 2.598, de 31 de agosto de 1897: "Extingue a hospedaria de imigrantes estabelecida na estação de Pinheiros. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: .Considerando que, por haver cessado o serviço de imigração por conta do

dre Inácio), no Rio Grande do Sul (do Cristal), em Pernambuco (Jaqueira, no Recife[6]) e na Amazônia.[7] Há uma referência ao Pará, que não pude confirmar.[8]

Essas edificações são respostas às pressões, publicadas nos jornais da época, denunciando os maus-tratos para com os imigrantes: o aluguel de hotéis na zona do porto, anunciados como alojamentos confortáveis e asseados, assustando até mesmo os políticos que para ali se dirigiam no in-

---

Governo Federal, o número de imigrantes diminuiu de tal modo, que nenhuma necessidade tem havido nesses últimos doze meses de recebê-los na hospedaria da estação de Pinheiros; Considerando que, em virtude desse fato, é a hospedaria da ilha das Flores mais que suficiente para o serviço de recebimento e agasalho dos imigrantes espontâneos; e usando da atribuição que lhe confere o art. 4º n. 1º da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, revigorada pelo art. 43 da lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, decreta: Art. 1º Fica extinta a hospedaria de imigrantes estabelecida na estação de Pinheiros. Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario. Capital Federal, 31 de agosto de 1897, 9º da República. Assinado: Prudente J. de Moraes Barros, Joaquim D. Murtinho".

6 "Declara definitiva a permuta feita com a Santa Casa de Misericórdia do Recife, do edifício que serviu de Hospedaria de Imigrantes na Jaqueira, Estado de Pernambuco, pelo prédio da Casa dos Expostos, situado na praça Barão de Lucena, no mesmo Estado", Decreto 211, de 20 de outubro de 1894.

7 A Vila de Paricatuba está localizada no município de Iranduba, próximo a Manaus, 40 minutos por via terrestre pela AM-070, estrada Manoel Urbano, e também por via fluvial, na margem direita do rio Negro. Foi concebida como hospedaria para imigrantes italianos e funcionou como Liceu de Artes e Ofícios de padres franceses, Casa de Detenção e Hospital para hansenianos.

8 Decreto 28.152a, de 26 de maio de 1950. "Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de uma área de terreno destinada à Hospedaria de Imigrantes do Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I da Constituição, e tendo em vista o § 16 do art. 141 da mesma Constituição, Decreta: Art. 1.º É declarada de utilidade pública, de acordo com os artigos 2.º e 6.º, combinados com a letra e do art. 5.º, tudo do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, a Xarqueada de Tapanã, com a área aproximada de duzentos mil metros quadrados (200.000,00 m2), de propriedade atribuída à Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará, Limitada, situada em Belém, capital do Estado do Pará, entre a Baía Guajará e a rodovia de Icaraci, antiga do Pinheiro, com os característicos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 96.476, de 1947, e necessária para a criação de uma Hospedaria de Imigrantes do Departamento Nacional Nacional de Imigração. Art. 2º A despesa decorrente da desapropriação correrá à conta do crédito especial que para esse fim foi aberto pelo Decreto nº 26.443, de 10 de março

tuito de autorizar a estada e alimentação dos imigrantes.[9] Cabe aqui ressaltar que as despesas para com os imigrantes, autorizadas pela Província, no caso de Pelotas, eram de 400 réis por adulto, porém nem sempre a Câmara Municipal – responsável por esse primeiro atendimento ao imigrante – era ressarcida, o que de fato acarretava morosidade no processo de abrigo e alimentação daqueles que chegavam.

A construção do prédio da instituição paulista foi iniciada em 1886, e, entre 1893 e 1930, mais de 60% dos que imigraram para esse estado passaram por lá.[10] O local, planejado para abrigar quatro mil pessoas, chegou a receber dez mil.[11] A primeira hospedaria criada pelo governo de São Paulo foi a Hospedaria de Santa Ana, que se instalou em 1878 e funcionou até 1880. No ano seguinte, instituiu-se a Hospedaria do Bom Retiro, que tinha capacidade para 230 leitos. Durante o governo de Antonio de Queiroz Telles, barão de Parnaíba, autorizou-se a construção de uma nova hospedaria de imigrantes "nas proximidades das linhas férreas do Norte e Inglesa", no bairro do Brás, cuja administração esteve a cargo da Sociedade Promotora da Imigração.

A edificação da Hospedaria no Rio – cuja iniciativa é de D. Pedro II – instituiu-se quando, em 10 de maio de 1883, o governo imperial, através da Inspetoria Geral de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, adquiriu, por 170 contos de réis, a Ilha das Flores do senador do Império Silveira Mota. Originariamente era um estabelecimento de piscicultura, lavoura e fábrica de goma de fécula de mandioca, que media 148 mil m². A Hospedaria era composta por um pavilhão em que os imigrantes ficavam até conseguirem colocação em outros pontos do Rio ou em outras Províncias, e posteriormen-

---

de 1949. Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1950; 129º da Independência e 62º da República. Eurico G. Dutra. Guilherme da Silveira. Honório Monteiro".

9 Foco de Infecção, *Correio Mercantil*, p. 2, 02 mar. 1889.

10 PRATA, Juliana Mendes. *Hospedaria dos Imigrantes*: reflexões sobre o patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2000.

11 HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 88-9.

te foi se tornando uma estrutura mais complexa, dotada de alojamento, administração, hospital, farmácia, refeitório, escola, lavanderia e área de lazer.

A Inspetoria Geral de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura foi criada pelo decreto 6.129, de 23 de fevereiro de 1876, onde se fazia menção à necessidade de se constituir "hospedarias de imigrantes", locais onde estes, assim que chegavam ao Brasil, permaneciam até que lhes fosse acertado um destino.[12] Diana Zaidman indicou o ano de 1879 como o da criação da Hospedaria de Imigrantes da Ilhas das Flores, destinada a acolher os recém-chegados ao porto do Rio de Janeiro, e que se tornaria um centro de convergência de imigrantes ao Brasil.[13]

No âmbito do Rio de Janeiro, uma justificativa para essa diminuta análise acerca de sua hospedaria demarca e expõe que a grande concentração de imigrantes e a relevância que estes tiveram nas outras províncias têm dirigido as reflexões. Como sede da Corte e capital da República, essa cidade foi, por longo tempo, a principal cidade-porto do país, tendo papel-chave no afluxo de imigrantes para o território brasileiro. O que pondera pensar o porquê dessa restrita atenção à questão nesse estado.[14]

No sentido de preencher uma fração desse vácuo analítico, aponta-se a importância de se examinar parte da trajetória dessa ilha, tomando como marco o instante em que ela passa a ser de propriedade do Estado brasileiro. A Ilha das Flores, na baía de Guanabara, localiza-se em frente ao município de São

---

12 "Capitulo VII: Da Hospedaria dos imigrantes e dos escritórios de locação de serviços. Art. 23. Na hospedaria de imigrantes haverá um Administrador nomeado pelo Inspetor Geral, incumbido de providenciar acerca do tratamento dos imigrantes e guarda das bagagens; e bem assim de manter a ordem e a polícia do estabelecimento. § 1º Subordinado ao Inspetor, dar-lhe-á parte diária do que ocorrer na hospedaria, solicitando as providências indispensáveis ao bem-estar dos imigrantes e fazendo observar as instruções expedidas para a regularidade do serviço. § 2º Terá sob sua imediata direção os Guardas que o Inspetor designar para o coadjuvarem no desempenho de seus deveres. Art. 24. O escritório de locação de serviços ficará a cargo de um Agente nomeado pelo Inspetor, com os auxiliares por este designados".

13 ZAIDMAN, Diana. *A imigração ao Brasil no Império*: o caso particular da hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores. Dissertação (Mestrado em História)– UFF, Niterói, 1983.

14 Trabalhos recentes como as coletâneas *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, organizada por Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000) e a de Carlos Lessa, *Os lusíadas na aventura do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Record, 2002), apontam essa carência e investem em saneá-la.

Gonçalo e a dez quilômetros da Praça Quinze de Novembro, no Rio, e forma com as Ilhas do Engenho, Ananazes, Mexingueiro e do Carvalho um pequeno arquipélago.

Se não restringirmos nossa análise às questões imigratórias relacionadas a esse espaço, perceberemos que ele permite um estudo em um corte de tempo largo – de fins do Segundo Reinado até o governo do general Ernesto Geisel [1974-1979]. Tendo quase cem anos como mote de reflexão, o relevante é identificar a ilha como zoneamento para a quarentena, o isolamento e a prisão.

Na esfera das demandas imigratórias, é fundamental sublinhar as dificuldades em se demarcar etapas fixas desse processo. Os dados do Ministério do Império balizam o movimento de entrada de imigrantes entre 1855 – cinco anos após a decretação oficial do fim do trafico –, e 1889 – com a instauração republicana. As fontes do Departamento Nacional de Povoamento – órgão do Ministério da Agricultura – circunscreveram-na entre 1877 e 1932. As informações desse acervo que se referem à Ilha das Flores convergem suas estatísticas ao período de janeiro de 1883 – possivelmente a data de inauguração da hospedaria – até 1932 –, provavelmente quando o Ministério da Agricultura altera a estrutura e competência do Departamento Nacional de Povoamento. Paralelamente às informações do que se passava no Rio e demonstrando que a prática da quarentena não se vinculava apenas ao eixo Rio–São Paulo, nesse mesmo acervo há outra série que compreende o período de dezembro de 1891 a setembro de 1932, e esquadrinha a Hospedaria de Imigrantes de Pinheiro, no Espírito Santo.[15]

Delimitando a noção de *hospedaria* e localizando outras pelo país, é oportuno destacar que o termo também se refere aos centros para reclusão de enfermos. No caso daquela do Espírito Santo, há alusão, no ano de 1892, a imigrantes confinados no *lazareto* – uma construção para quarentena de indivíduos vítimas de doenças infecciosas – da Ilha Grande, sendo essa no final do século 19 a única estação quarentenária no Brasil. Por isso, os navios que vinham de portos suspeitos ou infectados e que se dirigiam ao Norte tinham,

15 Os acervos documentais do Ministério do Império e do Departamento Nacional de Povoamento estão em depósito no Arquivo Nacional, e findam seus registros em 1932.

primeiro, de ancorar naquela ilha. Cerca de 35 anos depois, durante a ditadura estadonovista [1937-1945], o prédio tornou-se um presídio político.[16]

A ausência de outras estações de quarentena tematizou uma persistente reclamação das empresas marítimas, obrigando o Estado a prometer construir o *lazareto* de Tamandaré, em Pernambuco. Em janeiro de 1895, entretanto, as obras em Pernambuco continuavam inacabadas, e as estações no Pará e na Bahia permaneciam nas promessas.[17]

Diversos indícios, portanto, mapeiam as intenções e, por vezes, concretizações de se instalar *lazaretos* no território nacional. Tais projetos arquitetônicos, como o exemplo da edificação da Hospedaria da Ilha das Flores, contudo, foram pouco investigados. Espaço de isolamento para doenças do corpo e para os motes políticos, a Hospedaria da Ilha das Flores foi, da sua inauguração até pelo menos o início da Segunda Guerra Mundial, voltada às demandas das enfermidades dos imigrantes. Outras atividades, porém, igualmente a ocuparam nesse período. Assim, durante parte da Primeira Guerra Mundial – de novembro de 1917 a outubro de 1919 – a Ilha das Flores foi cedida à Marinha, que lá instalou um centro de reclusão tendo como "hóspedes" imigrantes alemães.[18] Prática repetida durante a Segunda Guerra Mundial, quando essa experiência de reclusão com caráter político foi novamente instituída. Os estudos atuais, contudo, parecem desconhecer a informação e se concentraram no período do segundo conflito mundial.

---

16 Relatos do cárcere vivido na Ilha Grande, durante a ditadura estadonovista, são encontrados nos livros de: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*; e AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*; como também nas lembranças de Noé Gertel a respeito de Joaquim Câmara Ferreira, o *Velho* ou *Toledo*, quando juntos estiveram (In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Perfis cruzados*: trajetórias e militância política no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2002). Esses fazem um paralelo entre o ocorrido naquela ilha e na das Flores, possibilitando que se tornem fontes de análise das experiências de prisão política em ilhas no período.

17 O decreto 9.554, de 3 de fevereiro de 1886, regulamentou as Inspetorias Gerais de Higiene conforme o disposto no decreto 3.271, de 28 de setembro de 1885. Cf. revista *Brasil Médico*, Rio de Janeiro, p. 824, 15 jan. 1895. Agradeço a Jaime L. Benchimol, que me chamou a atenção para esse dado.

18 Pelo decreto 12.689, de 21 de outubro de 1917, a Ilha das Flores foi transferida, provisoriamente, ao Ministério da Marinha. E pelo decreto 13.781, de 1º de outubro de 1919, retorna ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Além desses presos políticos, foram asilados na ilha, em cárceres militares, os revoltosos tenentistas Cordeiro de Faria e Juarez Távora, participantes do Levante do Forte de Copacabana, em 1922, e alguns militantes comunistas encarcerados após o Levante de 1935. Com o rompimento das relações com a Alemanha e a Itália pelo governo Vargas, a partir de 1942 são instalados "campos de concentração" para "estrangeiros perigosos" na ilha. A partir de maio de 1969, com a captura de militantes da Dissidência da Guanabara – grupo que originaria o MR-8[19] – e num instante anterior ao seqüestro do embaixador americano, a Ilha das Flores passou a "abrigar" presos políticos das organizações clandestinas de luta armada torturados. Isto porque a ilha era uma das bases do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), um dos órgãos de repressão, que no Rio de Janeiro tinha como estrutura oficial a Ilha das Cobras, atual 1º Distrito Naval.[20] Não se pode afirmar, contudo, se a Hospedaria, os "centros de trabalho forçado", no caso dos alemães, e as prisões políticas coexistiram.

A Hospedaria, em seu primeiro ano de funcionamento, recebeu, alojou e encaminhou aos seus destinos 7.462 imigrantes, sendo 5.208 homens e 2.254

---

19 O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) originou-se da Dissidência da Guanabara (DI da Guanabara) do PCB, tendo uma grande influência no Movimento Estudantil. Destacou-se nacional e internacionalmente ao idealizar, em conjunto com a ALN, o primeiro seqüestro de caráter político que teve êxito: o do embaixador norte-americano no Brasil. Sua nomenclatura é uma lembrança a data de morte de Ernesto "Che" Guevara, na Bolívia, em 1967. Em 1971, a desarticulação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) fez que um núcleo de militantes dessa organização, entre eles seu mais importante dirigente, Carlos Lamarca, pedisse ingresso no MR-8. Foi como membro do MR-8 que o capitão Carlos Lamarca morreu, no sertão da Bahia, no dia 17 de setembro de 1971. Em 1972, o MR-8 foi desarticulado no país, depois de ter quinze de seus membros assassinados pela repressão, e outros tantos terem se exilado no Chile.

20 Centro de Informações, o DOI/Codi da Marinha era ligado, portanto, ao comando geral da repressão, o Estado Maior das Forças Armadas. O DOI/Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) era a base da estrutura da repressão política no Brasil. O Conselho de Segurança Nacional, ligado ao Estado Maior das Forças Armadas, era o órgão centralizador das ações repressivas. Cada ministério militar tinha seu Codi, que coordenava a repressão nos Codis regionais. Cada qual poderia ter quantos DOIs julgasse necessários. No Rio, em determinado momento havia dois DOIs para cada força militar, e em São Paulo o Exército tinha um, que sucedeu à Operação Bandeirante (Oban). A Marinha utilizou informalmente o Deops/SP como seu DOI-Codi, sob o comando do delegado

mulheres. Por nacionalidade, tem-se: 4.690 italianos, 1.083 portugueses, 901 austríacos, 640 alemães, 100 espanhóis, 26 franceses, nove ingleses e mais 13 de nacionalidades diversas. Em contraposição, nos últimos anos de funcionamento da Hospedaria de Imigrantes o movimento imigratório baixou consideravelmente. Os números do período de 1953 a 1965 foram reunidos na Tabela 1:

TABELA 1 – Número de imigrantes hospedados na Ilha das Flores, por ano (1953-1965).

Ano	Hospedagem	Ano	Hospedagem	Ano	Hospedagem
1953	1.742	1954	968	1955	854
1956	374	1957	1.513	1958	1.186
1959	1.401	1960	737	1961	391
1962	291	1963	172	1964	347
1965	86				

Tendo por alicerce esse histórico da Ilha das Flores, é oportuno observar também as outras ilhas da baía de Guanabara desempenhando funções semelhantes de confinamento. Parto da idéia, portanto, de que as ilhas são também apropriadas, segundo Marshall Sahlins, como locais de "higiene" de idéias e de doenças, como espaços do isolamento e da quarentena, assim como são revestidas da imagem de

> lugares especiais, remotos e misteriosos, imensamente atrativos, mas também assustadores ... As ilhas "diabolicamente encantadoras" são o cenário de náufragos, de presídios, da expatriação de enfermos – do corpo e das "questões da alma" –, e também dos relatos do Capitão Cook e de Fernão de Magalhães. Exemplos dos espaços da natureza selvagem que abrigam o singular – tanto em indivíduos, como em paisagem –, os locais destinados às bênçãos ou às maldições e que sentiram a ação do homem quando o ... senso do romântico, do misterioso ficou subordinado à paixão da curiosidade científica.[21]

Assim, é interessante perceber, no plano mítico e metafórico, as idealizações que as ilhas ocuparam e ainda ocupam. Na concepção de um sonho, de

---

Sérgio Fleury, envolvido com processos do Esquadrão da Morte. A Oban surgiu de uma mobilização de empresários comprometidos com o golpe de 1964, de forma clandestina, dando apoio logístico e financeiro à repressão. De 1969 a 1970 não teve existência legal, o que aconteceu com a criação dos DOI-Codis nas Forças Armadas.

21 SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 19-21.

uma utopia do idílico, são ainda pontuadas pela expressão do exílio. As descrições da Ilha dos Pinheiros, no litoral carioca da baía de Guanabara, certamente sentenciam o que é e o que representa essa porção de terra "que está em frente à Ponta do Tibau, enseada de Inhaúma. É utilizada pelo Instituto Oswaldo Cruz para a criação de macacos Rhezus, destinados a servir de cobaias. Os símios, cercados pelo mar, vivem em plena liberdade, mas impossibilitados de fugir".[22]

O PERIGO QUE VEM DO MAR

Partindo da noção de que as ilhas formam um conjunto de *sítios* destinados também à *limpeza*, no caso do Brasil essa percepção esteve presente no aumento do afluxo de imigrantes aos seus portos, no final do século 19. Paralelamente às estratégicas de substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes assalariados nas fazendas de café, o Império do Brasil também se preocupou em regularizar a posse e aquisição das terras e, assim, em 18 de setembro de 1850, criou a Repartição Geral de Terras Públicas, pela Lei 601. Mais de um quarto de século se passaria até que a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, vinculada ao Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e destinada a promover a imigração espontânea, fosse instaurada pelo decreto 6.129, de 23 de fevereiro de 1876. O receio diante das questões sanitárias relacionadas ao fluxo de homens, mulheres e crianças que desembarcavam, diariamente, nos portos do país sentencia a necessidade de se constituir uma Inspetoria e regulamentar suas atividades.

Um marco importante de como ocupar as ilhas e proteger o território está descrito no *Código Sanitário* de 1894, que legislou durante toda a Primeira República. Nele se inscreve um preceito de higiene que é milenar, mas o importante é perceber sua apropriação nesse instante. Assim, esse *Código* determinou que "os hospitais deveriam se localizar sempre afastados dos centros urbanos, em terrenos secos, saneados e cercados por vegetação

22 SARTHOU, Carlos. *Passado e presente da baía de Guanabara, 1565-965*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1964. p. 205.

exuberante".[23] Vale destacar, contudo, que de modo algum se está afirmando que não existiam centros de tratamento e hospitais dentro do espaço da cidade.[24]

No empenho em atrair mão-de-obra estrangeira e ao mesmo tempo não permitir o alastramento de epidemias na população, é interessante o relato de um médico norte-americano, funcionário do Serviço de Hospital da Marinha, que era o encarregado da escolha de quem entraria ou não no país como imigrante. Victor Heiser descreveu, nas suas memórias, os últimos anos do século 19 e lembrou que

> durante muitos anos a inundação de operários baratos vindos de fora derramara no país, pelos portões escancarados de Boston, Nova York, Filadélfia, São Francisco e outros portos de grandes cidades, uma aluvião de aleijados, coxos e cegos, até 1882. Passaram-se mais nove anos antes que o sentimento público, insurgindo-se lentamente contra a invasão do trabalho estrangeiro, forçasse o Congresso a agir. Naquela época, não somente chineses foram excluídos, mas o Serviço de Hospital da Marinha foi encarregado de indicar, para que fossem rejeitados, os imigrantes portadores de moléstias repugnantes ou contagiosas ou os que poderiam vir a ser, por alguma tara física, encargos públicos.[25]

Nessa passagem o Dr. Heiser se refere, *en passant*, a todo um clamor sindical que estabeleceu o sistema de cotas, por nacionalidade, para a entrada de estrangeiros nos Estados Unidos, a partir de 1924. Essas medidas, repetidas pela Argentina um pouco mais tarde, tornam o Brasil, no início do século 20, um porto desejável de acesso. Esses "portos abertos", porém, foram redimensionados nos primeiros meses do governo Getulio Vargas. Em 12 de dezembro de

23 TELAROLLI JR., Rodolpho. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. *Revista Manguinhos*, v. III, n. 2, p. 274, jul./out. 1995; MACHADO, Roberto et al. *A danação da norma*: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

24 Para ilustrar a afirmativa é interessante a fonte produzida pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1922. A partir do mapeamento das instituições de assistência pública e privada, desenhou-se toda a rede hospitalar e assistencialista. (*Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro [Brasil], História e Estatística*. Comemoração do Centenário da Independência Nacional. Rio de Janeiro, Tipografia do "Anuário do Brasil", 1922).

25 HEISER, Victor. *A odisséia de um médico americano*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1940. p. 18-9.

1930, o decreto 19.482 limitou a entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe a partir do instrumento das "cartas de chamada" – que obrigavam o imigrante a garantir já ter emprego no país. A existência desse instrumento justificou também a constituição de regras de amparo ao trabalhador nacional, estabelecendo como o imigrante preferencial o que se dirigisse ao meio rural.[26]

Mapeando os nortes que direcionam as políticas de Saúde Pública na República Velha, constata-se que o modelo político liberal, do período, não oferecia assistência individual à saúde, que só passou a vigorar na década de 1930. As ações de Saúde Pública nas primeiras três décadas do século 20 centraram-se no saneamento urbano e na regulamentação das habitações populares.[27] O alto custo de uma assistência médica privada também explica a sobrecarga nas ações filantrópicas das Santas Casas de Misericórdia e das Ligas de Higiene, fazendo proliferar uma prática recorrente: o curandeirismo entre os pobres enfermos, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.[28]

É o decreto 9.081, de 1911, que pela primeira vez faz referência à Ilha das Flores como o local de hospedagem de imigrantes desembarcados no Rio de Janeiro. O capítulo 23 desse dispositivo legal determinava o tempo de esta-

---

26 Quanto a essa questão, são extremamente elucidativas além de plasticamente belíssimas as fotos que Jorge Latour – adido comercial do Brasil em Varsóvia, Polônia – fez de transeuntes de origem judaica nas ruas da cidade. A intenção era provar que esses seriam imigrantes urbanos e não rurais, por isso deveriam ser proibidos de entrar. Essa problemática se situa entre as questões do pré-Segunda Guerra Mundial e as tendências nazi-fascistas do Estado Novo. (8 de novembro de 1936, maço 9650 [622], Arquivo Histórico do Itamaraty/Rio de Janeiro).

27 BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos, um Haussmann tropical?* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação, 1990; ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições, cidade do Rio de Janeiro*: 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação, 1986.

28 Algumas leituras percebem um deslocamento da atuação de Saúde Pública, em São Paulo, para o espaço rural, com o *Código Sanitário*, de 1918 (TELAROLLI JR., 1995). Na visão de Benchimol (1999), contudo, esse *Código* não sinaliza precisamente uma reorientação para as doenças endêmicas no campo. Para esse autor, Oswaldo Cruz ao combater doenças transmitidas por insetos – febre amarela, peste – ou passíveis de serem combatidas por vacina (varíola) ou soro (peste), desprendeu as questões de Saúde Pública da retórica anterior, centrada na higiene, à qual permanecem aderidos os engenheiros e todos os atores sociais interessados em derrubar "cascos

da na Ilha, que "só poderá exceder de oito dias [de permanência] em casos extraordinários ou de força maior, a juízo da diretoria do Serviço de Povoamento". Dentro desse panorama de regulamentações, uma dimensão importante do problema foi discutida nas convenções sanitárias internacionais. Em novembro de 1887, por exemplo, definiu-se a criação, nos portos do Brasil e nas principais estações ferroviárias, de serviços de desinfecção para "barrar os agentes patogênicos veiculados por mercadorias e pessoas".

Em janeiro de 1886, a Junta Central de Higiene Pública foi dividida em duas repartições: Inspetoria Geral de Saúde dos Portos e Inspetoria Geral de Higiene, ambas vinculadas ao Ministério do Império. A primeira era, por assim dizer, a das Relações Exteriores. Tinha a seu cargo a polícia sanitária do litoral, dos ancoradouros e navios, a superintendência dos *lazaretos* e do Hospital Marítimo de Santa Isabel, em Niterói. Quando recebia notícia de epidemia em país vinculado comercialmente ao Brasil, propunha ao ministro as medidas para barrar o ingresso da doença aqui e impunha quarentena aos navios procedentes das zonas infectadas. As funções do Inspetor-Geral de Higiene, segundo Benchimol (1999), eram portas adentro, estendendo-se, formalmente, a todo o território nacional.

A partir da adoção dessas instruções sanitaristas e na esteira do inventário de truques do médico americano para impedir um "não bom trabalhador" de ingressar no território nacional, vislumbra-se a gênese de teorias segregacionistas. Algumas dessas preocupações são compartilhadas pelas autoridades brasileiras e os itens *idade*, *moralidade* e *profissão* concentravam a atenção do Estado. As condições de saúde física e/ou psíquica, entretanto, não eram declaradamente empecilhos. Neste contexto, as normas de conduta determina-

---

urbanos" antigos e habitações coletivas. A prática do isolamento dos doentes durante as epidemias de febre amarela e varíola, por exemplo, após o advento da teoria microbiana e conseqüentemente o fortalecimento da idéia de que as doenças eram contagiosas, reforçou os procedimentos de quarentena e desinfecção como rotinas da Saúde Pública. Mesmo quando não se conhecia com certeza qual o micróbio da doença e como ela de fato se transmitia, caso da febre amarela na virada do século 19 para o 20, o importante, para Oswaldo Cruz, era isolar o doente do mosquito. As desinfecções deixaram de ser feitas nesses casos, como também na malária, pois Cruz e Ribas eram intransigentes nas suas recusas a essas práticas. Tais medidas colidiam "não tanto contra os miasmáticos, que queriam derrubar tudo, mas principalmente contra os magnetizados pela correlação micróbios-contágio".

vam que um navio cuja tripulação e/ou passageiros estivessem com alguma enfermidade contagiosa a bordo deveria advertir as autoridades de saúde do porto, com oito dias de antecedência à sua chegada; assim, era impedido de aportar e desviado para as Hospedarias e seus centros médicos. Os irremediavelmente incuráveis, na noção estatal da época – inválidos, dementes e vagabundos –, contudo, não eram bem-vindos e deveriam, de algum modo, ser "descartados", sendo impedidos, pelo uso da Lei, de alcançar o continente.

Nesse sentido, os trajetos dos imigrantes enfermos que se curavam e tiveram vistos de entrada são razoavelmente conhecidos, quando se deslocaram para outros estados das regiões Sudeste e Sul. Pouco ainda se sabe, contudo, do "lugar do imigrante" na Capital Federal.[29]

29 São oportunos o levantamento e a discussão bibliográfica feitos por Rodolpho Telarolli Junior, Imigração e epidemias no estado de São Paulo, p. 265-81.